

A Educação Superior no Mercosul: perspectivas para o Serviço Social

Lúcia Cortes da Costa¹
Giseli Aparecida de Oliveira²
Karine Fabiane de Lima³

***Resumo:** O presente artigo propõe analisar os impactos que a formação do bloco regional do Mercosul coloca para a educação superior, pois para exercer a profissão fora de seu país de origem é preciso ter o reconhecimento de seus diplomas. Nesse sentido analisamos a formação profissional do Assistente Social no bloco, bem como, os desafios apresentados aos profissionais que passam a ter mobilidade com a livre circulação de trabalhadores.*

***Palavras- chave:** Educação Superior; Serviço Social e Mercosul*

Introdução

Com a formação do bloco regional o que se internacionaliza não são somente os bens materiais, fatores de produção mas, também a força de trabalho. Assim, a mobilidade dos trabalhadores apresenta-se no processo de integração regional como um tema estratégico, sendo analisada por diferentes categorias profissionais entre eles os Assistentes Sociais.

¹ Professora Associado da Universidade Estadual de Ponta Grossa no Programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas e na graduação em Serviço Social. Endereço: Campus de Uvaranas - Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - CEP 84.030-900 - Ponta Grossa E-mail: cortesluci@gmail.com

² Assistente Social, Aluno Especial do Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas – Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: gigi84olive@hotmail.com

³ Assistente Social, Aluna Especial do Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas – Universidade Estadual de Ponta Grossa.. E-mail: karine.f.lima@hotmail.com.

O texto a seguir está estruturado em três seções, na primeira apresentamos aspectos da formação do processo de integração regional, na segunda parte abordamos os impactos na área da educação, considerando as decisões do Setor Educacional do Mercosul-SEM em relação ao ensino superior, na terceira parte analisaremos as particularidades da formação profissional e os avanços para o exercício profissional do Assistente Social no Mercosul.

1 A Integração Regional via Mercosul

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter Cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países [...]. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, indústrias que não empregam mais matérias-primas nacionais, mas sim matérias-primas vindas de regiões mais distantes, cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do globo[...]. Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolve-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual (MARX & ENGELS, 1948).

A internacionalização da economia coloca aos Estados nacionais mudanças na organização política e econômica, apresentando um novo modelo de reorganização do capital a nível mundial.

Neste contexto, Costa (2006), aponta que a globalização foi colocada aos Estados nacionais como um fato irreversível. “Inserir-se na ordem global foi o desafio colocado pela ideologia neoliberal, a partir da década de 1980, aos Estados nacionais”. (COSTA, 2006, p. 157).

Os países desenvolvidos passaram a adotar uma estratégia protecionista a sua economia nacional realçando as relações internacionais com abertura de mercado, imprimindo um padrão de consumo para um mercado global.

Devido as transformações nas economias nacionais e a internacionalização da economia a América Latina buscou estratégias para inserir-se no cenário mundial, que se deu com a criação do Mercado Comum do Sul-Mercosul em 1991.

Podemos afirmar que a criação do Mercosul inicialmente foi estabelecida como uma estratégia econômica, mecanismo de defesa frente ao projeto da ALCA⁴ para a América Latina e uma construção política e econômica frente a mundialização do capital, no entanto, o Mercosul aponta para outras dimensões para além do aspecto econômico, entre elas a questão política e social.

Nesse sentido Simionatto (2007) aponta que a criação do Mercosul foi uma estratégia de defesa frente a política externa e um mecanismo de fortalecimento da democracia dos países do cone sul.

A integração regional aparecia nesse período como uma estratégia supranacional frente à imposição das políticas macroeconômicas preconizadas pelas agências multilaterais em face do pagamento da dívida externa, bem como, uma possibilidade de fortalecimento da democracia, após longos anos de ditadura militar vividos em boa parte da América Latina. (SIMIONATTO, 2007, p. 1).

⁴ Sobre essa questão, ver análise de ALMEIDA, Paulo Roberto de. MERCOSUL E ALCA NA PERSPECTIVA BRASILEIRA: alternativas excludentes? . In: LIMA, Marcos Costa (Org), **O LUGAR DA AMÉRICA DO SUL NA NOVA ORDEM MUNDIAL**. São Paulo: Cortez, 2001. Ao expandir seu mercado, os Estados Unidos da América- EUA propôs para a América Latina o Acordo de Livre Comércio das Américas- ALCA, tal acordo visava à eliminação da barreira comercial entre os países. Essa integração não favorecia aos países da América latina que não dispõem do avanço tecnológico, econômico e social de um país desenvolvido.

O processo de integração regional percorre diversas fases para constituir o Mercado Comum. Conforme Jaeger Junior (2003, p.356), o Mercosul constitui-se como União Aduaneira ainda imperfeita, pois apresenta assimetrias⁵ entre os Estados membros, mas a proposta é avançar no processo de integração para o mercado comum, o que implica na presença de liberdades básicas, em harmonização das legislações, padronização na formação profissional pois um dos fatores neste processo é a livre circulação de trabalhadores.

O Mercosul se constitui como um bloco Intergovernamental, as decisões são tomadas por consenso entre os Estados-partes, os Estados preservam a soberania nacional nas tomadas de decisões.

Observa-se que o processo de integração regional teve início através de questões comerciais, no entanto, aponta para as demais questões com a participação de segmentos organizados da sociedade civil que criticam o aspecto meramente comercial do bloco, reivindicando a sua participação.

Os temas sociais, então, colocam-se nos debates do Mercosul através da mobilização da sociedade civil, que objetiva a construção de uma agenda social voltada para a defesa dos direitos e da proteção social.

Como aponta Dal Prá; Mendes e Mioto (2007), os temas sociais tiveram destaque no bloco regional, entre eles a educação, com a criação do Setor Educacional do Mercosul-SEM, e os temas laborais com a Declaração Sócio-laboral em 1998.

Na década de 1990, a dimensão social da integração ganhou amplitude sob distintas perspectivas. Dentre as áreas sociais privilegiadas no processo de integração com

⁵ Somente a partir em 2004 é que o Mercosul volta-se as assimetrias do bloco regional. Reconhecendo as assimetrias existentes e visando a sua redução, os Estados-partes criam o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul-FOCEM em 2004. O FOCEM é um órgão para um investimento conjunto nos países integrantes do Mercosul, que visa a diminuição das assimetrias entre os Estados partes através de financiamento de projetos. O FOCEM é composto por subsídios anuais que não são reembolsáveis dos países do Mercosul.

a criação de instituições e/ou acordos, medidas legais e documentos estão: a educação, a seguridade social, os aspectos laborais, as questões relacionadas às mercocidades, a construção de um sistema de indicadores sociais e a integração fronteiriça. (DAL PRÁ; MENDES E MIOTO, 2007, p.3).

O Mercosul transcende o aspecto comercial ampliando seu campo de atuação com o Acordo Multilateral de Seguridade Social⁶ em 1997, onde estabelece os direitos aos trabalhadores relativos a seguridade social. Conforme Costa (2007, p. 28) ainda não se constitui em um “sistema integrado de previdência social. O Acordo prevê a possibilidade de transferência de recursos entre os diferentes países para custear as aposentadorias dos trabalhadores que migram dentro do bloco, conforme legislação interna de cada Estado-parte”.

Considerando o aspecto da Agenda Social, outro marco no processo de integração regional foi à criação da Declaração Sócio-laboral, em 1998, quando a proteção aos trabalhadores entra em destaque. Na Declaração Sócio-laboral os Estados-partes comprometem-se a adotar medidas e procedimentos comuns relativos à livre circulação de trabalhadores, sem qualquer distinção. Em seu artigo 1º a Declaração estabelece que: Todo trabalhador tem garantida a igualdade efetiva de direitos, tratamento e oportunidades no emprego e ocupação, sem distinção ou exclusão por motivo de raça, origem nacional, cor, sexo ou orientação sexual, idade, credo, opinião política ou sindical, ideologia, posição econômica ou qualquer outra condição social ou familiar, em conformidade com as disposições legais vigentes. (DECLARAÇÃO SOCIO-LABORAL, 1998, art.1º).

⁶ Conforme Costa (2007, p.28), o Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul é subscrito em 1997, e ratificado pelo governo brasileiro em dezembro de 2000. Tal acordo entrou em vigor no bloco em junho de 2005 e em março de 2006 o acordo é regulamentado estabelecendo normas na área da Seguridade Social entre os Estados- partes.

Nesse sentido, Draibe (2007) aponta que os temas sociais aparecem, inicialmente, no processo de integração regional, como mecanismos para o desenvolvimento econômico e reduzidos aos direitos laborais entendidos como “componentes da agenda multilateral de comércio, considerados na verdade como elos dos acordos comerciais e dos processos facilitadores da circulação dos trabalhadores”. (DRAIBE, 2007, p.4).

2. Educação Superior: um instrumento estratégico no Mercosul

A educação é considerada como um direito social e um instrumento fundamental no processo de integração regional, sendo pensada e prevista desde o início como um fator estratégico no processo de integração.

A educação ocupa lugar central nas estratégias governamentais e empresariais, por constituir um fator fundamental no processo de qualificação de recursos humanos para a produção e o consumo baseado em altas tecnologias, adequadas ao nível de competitividade internacional. (PILETTI e PRAXEDES, 1998, p.220).

A educação, vista no processo de integração regional como mecanismo estratégico⁷, visa à formação e qualificação de recursos humanos para atuação no mercado de trabalho, melhorando a competitividade econômica dos países membros. Tal concepção da educação segue a proposta do Banco Mundial de desenvolvimento econômico fundamentado pelo conhecimento. Conforme Goin (2008, p.61), “constata-se articulação direta do Banco com a educação. O argumento dirige-se no sentido de demonstrar que o conhecimento e a educação

⁷ (ESTUDO ANALÍTICO E DESCRITIVO COMPARATIVO DO SETOR EDUCACIONAL DO MERCOSUL, 2005, p. 14).

são componentes essenciais para o alívio da pobreza e, mais ainda, para a elevação do capital humano, elementos fundamentais para o desenvolvimento econômico dos países”.

O Setor Educacional do Mercosul (SEM), é criado a partir de um protocolo intenções, assinado pelos ministros da Educação dos países integrantes do bloco, em 1991, onde se estabeleceu o plano estratégico para o avanço do desenvolvimento e integração dos sistemas educacionais dos países membros.

Os Ministros de Educação dos países do bloco se reuniram e assinaram o Protocolo de Intenções, dando origem ao Plano Trienal para o SEM, com três programas prioritários: “Formação de consciência favorável ao processo de integração, Capacitação de recursos humanos e Compatibilização e harmonização dos sistemas educacionais”. (SOUZA, 1995, p. 3).

As decisões dentro do Setor Educacional do Mercosul são tomadas a partir de um consenso pelos Ministros da Educação que representam seu país dentro do SEM, sendo estes responsáveis pelas políticas a serem implementadas na área da educação. A Reunião dos Ministros da Educação se constituiu como órgão de decisão máxima dentro do Setor Educacional do Mercosul, órgão de caráter intergovernamental.

Dentro da esfera da educação superior o Setor Educacional do Mercosul- SEM tem suas ações definidas em três blocos: Reconhecimento das profissões, como “mecanismo de homologação de títulos”; Mobilidade, onde busca o desenvolvimento de programas de mobilidade estudantil, e Cooperação Inter- Institucional, com a criação de redes de excelência e trabalho conjunto com outros níveis educacionais.

No Mercosul, de acordo com Goin (2008), a integração das políticas sociais exige um processo harmonizações das políticas como um todo. Em termos educacionais, a unificação faz menção à harmonização das estratégias e propostas em nível regional para propiciar integração educacional.

Diante disso as ações realizadas ou em realização de integração educacional e em especial a de nível superior, indicam

o reconhecimento da cooperação na região como fundamental no processo de integração regional do Mercosul. Nesse sentido entra em discussão quais os impactos que a formação do Mercosul pode trazer para o projeto de formação profissional dos assistentes sociais.

3. A Categoria Profissional dos Assistentes Sociais e o Mercosul

A criação de uma área de integração regional apresenta novos desafios aos trabalhadores, que passam a ter mobilidade entre os diferentes países. A livre circulação de pessoas no Mercosul ainda é analisada sob o aspecto econômico, com a circulação de mão de obra, de profissionais com qualificação profissional.

Conforme Dal Prá; Mendes e Mioto (2007, p.3), a criação de um mercado comum, que implica na livre circulação de pessoas, centraliza o debate na circulação de trabalhadores, com enfoque no desenvolvimento econômico.

A constituição do mercado comum, ao contemplar a livre circulação como uma das liberdades fundamentais, centraliza-se na livre circulação de trabalhadores que desempenham atividade econômica assalariada. Os trabalhadores não assalariados ou independentes são englobados no conceito de liberdade de estabelecimento ou de direito à livre circulação de serviços. O Tratado de Assunção, quando expressa que o 'mercado comum implica 'a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países', implica a liberdade restrita de trabalhadores, do homem enquanto fator produtivo, presença essa que reafirma o objetivo estritamente comercial desse processo'.

Em relação a formação e exercício profissional do Assistente Social no Mercosul podemos analisar o esforço da categoria profissional para o acompanhamento das decisões

governamentais. A categoria profissional dos assistentes sociais está organizada através do Comitê Mercosul de Organizaciones Profesionales de Trabajo Social y Servicio Social⁸, que constituiu-se como organismo da sociedade civil, onde tem-se buscado participar das decisões governamentais e debater e criar um projeto profissional comum na região.

O envolvimento nos debates em relação aos desafios da livre circulação de trabalhadores no âmbito da profissão do Assistente Social se deu inicialmente através do Grupo Executivo das Profissões Regulamentadas para o Mercosul (GEPREN), criado em 1993, e a Confederação Latino-Americana de Profissionais Universitárias (CLAPU), estes foram os primeiros grupos a discutir os desafios para a livre circulação de trabalhadores. Tais organizações “deram os primeiros passos no sentido de discutir formas de evitar que efeitos como a perda de postos de trabalho, a deteriorização das condições de trabalho, a flexibilização dos direitos sociais e redução nos salários, atingissem os países membros do Mercosul”. (MACÊDO, 1998, p.44).

A CLAPU através de articulação com os profissionais, criou um fórum onde inicialmente eram debatidos os temas sobre o Mercosul, com presença de Berenice Rojas Couto (Conselho Federal de Serviço Social) e Gilberto Chaves (Conselho Federal de Biologia), representantes brasileiros. “Foi neste fórum que as categorias começaram a instituir organismos específicos regionais, para fortalecer a integração entre os diferentes projetos profissionais existentes”. (MACÊDO, 1998, p.44).

De acordo com a Assistente Social Dr^a Berenice Rojas Couto⁹, “*foi e é muito importante o trabalho para a formação*

⁸ Referido neste trabalho como Comitê Mercosul de Serviço Social.

⁹ Questionário Aberto, aplicado a Assistente Social Dr^a Berenice Rojas Couto, respondido via e-mail em 13 de Setembro de 2010. Dr^a Berenice Rojas Couto é professora titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, participou das primeiras reuniões sobre o tema da livre circulação de trabalhadores representando o Conselho Federal de Serviço Social através da Confederação Latino-Americana de Profissionais Universitárias-CLAPU.

do Comitê MERCOSUL de Serviço Social. Para além da livre circulação dos profissionais, que naquele momento estava exigindo uma postura das profissões, a possibilidade de discutir os projetos profissionais e seus projetos para o Mercosul. O serviço social pautou sua atuação pela articulação com os cursos que formavam assistentes sociais e com as entidades que representavam as profissões. Essa articulação possibilitou que o debate no Mercosul fosse feito de forma conjunta, com as representações da profissão nos Países do Mercosul, o que deu mais legitimidade para o debate”. Apontando assim para a importância da participação do Serviço Social nas primeiras reuniões da CLAPU, para a criação de um espaço de interlocução da categoria dos assistentes sociais dos Estados-partes, que se deu através do Comitê Mercosul de Serviço Social.

No âmbito da categoria profissional de Assistentes Sociais brasileiros, podemos perceber seu avanço para acompanhar as decisões governamentais no Mercosul. Desde 1992, Associações e Federações Nacionais de profissionais de Serviço Social da Argentina, Brasil e Uruguai vinham dialogando e se articulando. Em 2 de dezembro de 1995 as organizações profissionais firmaram um Protocolo de Intenções para a criação do Comitê em Montevideu, criando em 14 de março de 1996 o *Comitê Mercosul de Organizaciones Profesionales de Trabajo Social y Servicio Social*. (TEIXEIRA, 2006, p.10).

Desde sua implantação o Comitê Mercosul de Serviço Social busca articular interesses comuns, na perspectiva política em contrapondo a visão econômica do bloco regional. O Comitê Mercosul de Serviço Social vem trabalhando buscando consolidar um projeto ético político com uma visão crítica e transformadora, promovendo um trabalho que tenha compromisso com a realidade social, buscando assegurar a concretização dos direitos humanos.

Desde sua criação, o Comitê Mercosul de Serviço Social passou por oito coordenações, o Serviço Social Brasileiro através do CFESS assumiu a coordenação em dois períodos, com Elaine

Behring de 1998-2000 e com Elizabete Borgianni 2006-2007 e Ivanete Boschetti em 2008. O Comitê Mercosul de Serviço Social passou pelas seguintes coordenações:

QUADRO 1: COORDENAÇÃO DO COMITÊ MERCOSUL DE SERVIÇO SOCIAL

COMITÊ MERCOSUL DE SERVIÇO SOCIAL		
Coordenação	Representantes	Período
<i>Federacion Argentina de Asociaciones Profesionales de Servicio Social.</i>	Emílio Ortiz	1996-1998
Conselho Federal de Serviço Social. Brasil	Elaine Behring	1998-2000
<i>Asociación de Asistentes Sociales de Uruguay.</i>	Rodolfo Martinez	2000-2002
<i>Asociación de Profesionales de Servicio Social o Trabajo Social del Paraguay.</i>	Stella Garcia	2002-2004
<i>Federacion Argentina de Asociaciones Profesionales de Servicio Social.</i>	Laura Acotto	2004-2006
Conselho Federal de Serviço Social. Brasil	Elizabete Borgianni	2006-2008
	Ivanete Boschetti	Janeiro a Julho de 2008
<i>Asociación de Asistentes Sociales de Uruguay.</i>	Iris Lauz	Desde Julho de 2008.

Fonte: Sistematizado pelas autoras com base no Relatório de Coordenação do Brasil ao Comitê Mercosul Serviço Social, 2006-2008.

A coordenação do Comitê Mercosul de Serviço Social é alternada entre os membros de cada país, (com período de 2

anos), e as reuniões são realizadas semestralmente com temas sobre a formação profissional e livre circulação de trabalhadores.

Conforme Ivanete Salete Boschetti¹⁰ (Presidente do Conselho Federal de Serviço Social- CFESS), as deliberações no Comitê são tomadas por consenso das organizações profissionais que representam o país no Comitê. ***“A dinâmica do Comitê envolve debates aprofundados sobre os temas e construção de posicionamentos comuns. Em casos de divergência, o Comitê assegura a pluralidade de posicionamento e as particularidades de cada país”.***

Em 2000 em Montevidéu-Uruguai, o Comitê Mercosul de Serviço Social definiu os Princípios Éticos e Políticos Básicos do Mercosul, mas estes não se constituem em um código de ética para a profissão regionalmente

Dos Princípios Éticos e Políticos destacamos:

- 1) [...] A Defesa da ampliação e consolidação da democracia enquanto constitutiva do Estado, com independência dos poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, no sistema republicano, assim como a conformação de novos espaços públicos de participação e coletivização da riqueza socialmente produzida. A defesa dos direitos humanos: sociais, políticos, civis, culturais e econômicos;
- 2) O apoio e a promoção a iniciativas que ampliem a pauta de integração do Mercosul, incorporando, para além das questões econômico-mercantis, a questão social, os interesses dos trabalhadores e a participação da sociedade civil organizada da região;
- 7) A defesa do exercício profissional competente (teórica, ética e tecnicamente) e comprometido com as demandas sociais, com a garantia da qualidade dos serviços prestados;
- 8) Criação, defesa e consolidação, da regulamentação legal da profissão, de Códigos de ética e da formação profissional, com bases comuns na região, a partir de

¹⁰ Informação obtida via e-mail em 15 de Dezembro de 2008.

princípios decididos de forma coletiva, autônoma e democrática, que garantam o livre exercício da profissão, com direitos e obrigações assegurados em conformidade aos marcos jurídicos e em situação de reciprocidade legal;

9) A garantia do pluralismo por meio do respeito às correntes teóricas e políticas democráticas existentes no âmbito da profissão.

10) Fiscalização do exercício profissional e dos títulos de habilitação [...]

11) A formação profissional permanente e inclusão da ética nos currículos ou plano de estudos das unidades acadêmicas de formação específica em cada país.

12) Direito e obrigação de denunciar toda situação que vulnerabilize os princípios afirmados, tanto na prática profissional quanto na realidade social. (TEIXEIRA, 2006, p.12-13).

Podemos analisar o avanço do Serviço Social brasileiro na sistematização e auxílio para a organização dos Princípios Éticos e Políticos para o Serviço Social no Mercosul. Foram incorporados os avanços do Código de Ética do Assistente Social brasileiro de 1993, como, por exemplo, a defesa a democracia, cidadania, justiça, liberdade e igualdade social, dando visibilidade aos princípios éticos e políticos incorporados nacionalmente.

Segundo Relatório da Coordenação do Brasil período de 2006-2008 no Comitê Mercosul de Serviço Social o assistente social deve ter sua formação básica em Ciências Sociais, tendo em seu perfil a dimensão ético-político; a dimensão metodológica e/ou operativo-instrumental; a dimensão teórica e epistemológica. O profissional deve ter um posicionamento político frente às questões que aparecem na realidade social, possuir um rigor teórico e metodológico, permitindo ao mesmo analisar a dinâmica da sociedade.

O mercado de trabalho coloca desafios ao exercício profissional do Assistente Social, trazendo impactos em seu

campo de atuação, como trabalhar na lógica emancipatória nesse contexto de precarização, de contratação temporária. Tais mudanças societárias influenciam a prática profissional do assistente social.

Somos profissionais cuja prática está direcionada para fazer enfrentamentos críticos da realidade, portanto precisamos de uma sólida base de conhecimentos, aliada a uma direção política consistente que nos possibilite desvendar adequadamente as tramas conjunturais, as forças sociais em presença. É neste espaço de interação entre estrutura, conjuntura e cotidiano que nossa prática se realiza. (MARTINELLI, 2006, p.14).

A particularidade do exercício profissional do assistente social se concretiza pela natureza do trabalho desenvolvido, o profissional atua diretamente com o usuário, constrói vínculos, conforme Martinelli (2006, p. 10), “somos os profissionais que chegamos o mais próximo possível da vida cotidiana das pessoas com as quais trabalhamos”, necessitando de um processo contínuo para a efetivação deste trabalho. Susana Cazzaniga analisando o contexto argentino e da profissão na América Latina aponta que somos profissionais que estabelecemos uma relação direta com os usuários,

Los trabajadores sociales establecemos una relación cara a cara con el ‘otro’ (com los ‘otros’), una relación sujeto- sujeto que adquiere el carácter de interpelación, esto es, un trato que siempre deja marca y, según el modo en que nos dirigimos hacia aquellos con los que nos vinculamos contiene efectos subjetivos. (CAZZANIGA, 2007, p. 268).

A influência de propostas neoliberais na região do Cone Sul, com medidas de redução dos investimentos nas políticas sociais, de precarização nas condições de trabalho, contrato de

trabalho por tempo estipulado, tais medidas afetam a profissão dos Assistentes Sociais em toda a região, pela natureza do trabalho profissional desenvolvido que tem envolvimento com o usuário, destinatário de nossos serviços, comprometendo assim o resultado da ação profissional.

Conforme Martinelli (2006, p. 11), na lógica de mercado a intervenção do Serviço Social se reduz ao mero atendimento pontual, porém a intervenção do Assistente Social é muito mais plena que o atendimento imediato. “A nobreza de nosso ato profissional está em acolher aquela pessoa por inteiro, em conhecer a sua história, em saber como chegou a esta situação e como é possível construir com ela formas de superação deste quadro”. A redução da intervenção profissional a respostas imediatistas retira da intervenção “toda a sua grandeza, pois deixamos de considerar, neste sujeito, a sua dignidade humana”.

Esse contexto atual apresenta à categoria de assistentes sociais novos desafios na sua prática profissional. Dr^a Ana Lucia Maciel¹¹, aponta que o desafio principal para a profissão com o advento das ideias neoliberais “*[...] é o de rearticular a profissão, na sua capacidade organizativa e de atuação orgânica, no contexto do MERCOSUL, tendo em vista que o ideário neoliberal vem sendo implementado de forma globalizada e internacionalizada. Ao mesmo tempo, é preciso conhecer, cada vez mais, as particularidades de cada país e região para identificar as principais assimetrias no contexto do bloco*”. Assim, percebemos a importância de uma análise sobre as particularidades dos Estados-parte para que se trabalhem as assimetrias identificadas em busca do fortalecimento da profissão.

¹¹ Questionário Aberto, aplicado a Assistente Social Dr^a Ana Lucia Suárez Maciel, respondido em 01 de Setembro de 2010. Dr^a Ana Lúcia Suárez Maciel é professora e pesquisadora dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Suplente da Diretoria Regional da ABEPSS Sul I (Gestão 2009-10). Realizou pesquisa sobre a Formação e o Trabalho do Assistente Social no Mercosul no período de 2007 a 2008.

O desafio para assegurar o Projeto ético-político profissional no país exige profissionais críticos, propositivos para intervenção no cenário atual. Couto (2010)¹², destaca que é preciso que este profissional **“[...] reconheça os espaços sócio-ocupacionais como desafios a serem ocupados na perspectiva de ampliar e garantir direitos sociais a população”**.

O processo de integração tem apresentado desafios à categoria profissional para sua articulação. Analisando o contexto do Mercosul, Couto (2010), aponta que o desafio amplia-se, **“a profissão percorreu trajetórias diferentes, tanto do ponto de vista acadêmico como da regulamentação da profissão. Esse elemento torna ainda mais importante um trabalho coletivo, que incida sobre a identidade da profissão no Mercosul”**, destacando a importância da criação de uma identidade comum.

A organização do Mercosul constitui para os Assistentes Sociais uma ampliação dos postos de trabalho, porém se apresenta como um grande desafio, em articular as diferentes correntes teóricas e as normativas profissionais. Joaquina Barata Teixeira¹³ afirma que **“quanto às possibilidades, há que considerar a ampliação do mercado de trabalho para os profissionais, os quais não ficarão limitados às fronteiras nacionais, ampliando também os campos de formação, a apropriação de novos idiomas e um mais vasto acervo bibliográfico. Os limites recaem exatamente sobre o controle da formação profissional e ainda a não existência de regulamentação no âmbito dos blocos”**. Apontando que o processo de integração regional oferece aos profissionais uma ampliação do campo de trabalho, necessitando portanto que haja esta regulamentação.

¹² Neste trabalho nos referimos ao questionário da Dr^a Berenice Rojas Couto como Couto (2010).

¹³ Questionário Aberto, aplicado a Assistente Social Dr^a Joaquina Barata Teixeira, respondido via e-mail em 14 de Setembro de 2010. Dr^a Joaquina Barata Teixeira é conselheira do CFESS e Membro Vogal da Federação Internacional de Assistentes Sociais-FITS no período de 2004-2008.

Diante disso para que haja uma atuação profissional é necessário que seja regulamentado também a formação profissional com a harmonização de currículos. Ao abordar essas perspectivas da formação profissional em Serviço Social no Mercosul nos defrontamos com um dilema para a categoria profissional, elaborar uma proposta de currículo mínimo para a região.

Podemos destacar que o Comitê Mercosul de Organizações Profissionais de Serviço Social, expressa o compromisso de assistentes sociais com a organização política da categoria na América Latina, e vem se dedicando a pautar importante e necessários debates, como a circulação de profissionais nos países do bloco. Apesar das diferenças entre os países serem grandes, Elaine Behring (2004) acredita que é possível usá-las como base para a construção de um projeto ético-político comum, na região.

Teixeira (2010)¹⁴, afirma que o “[...] *Comitê Mercosul é uma entidade importante e contemporânea [...]*”, frente a essa afirmação Iamamoto (2005, p. 19) destaca também que “pensar Serviço Social na contemporaneidade requer olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar da sua recriação”, diante dessas afirmações o Comitê Mercosul é considerada um avanço na categoria profissional dos assistentes sociais.

Também Vera Ribeiro Nogueira¹⁵ destaca que “[...] *há que se levar em conta que esta é uma tendência, a exemplo da*

¹⁴ Neste trabalho nos referimos ao questionário da Dr^a Joaquina Barata Teixeira como Teixeira (2010).

¹⁵ Questionário aberto aplicado a Assistente Social Dr^a Vera Maria Ribeiro Nogueira, respondido via e-mail em 10 de Setembro de 2010. Dr^a Vera Maria Ribeiro Nogueira é professora adjunta da Escola de Serviço Social/Programa de Mestrado em Política Social da Universidade Católica de Pelotas, do Mestrado em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Integra o Conselho Fiscal da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS. Com pesquisa na área de saúde em fronteiras no contexto do Mercosul.

União Europeia, onde as universidades, mesmo com resistências dos alunos e professores, têm sido obrigados a adaptar-se as determinações do Tratado de Bolonha¹⁶”, levando em consideração na cena contemporânea a integração regional a mobilização de pessoas e profissionais vem a ser um fator irreversível, por isso é necessário que as categorias profissionais se articulem e se organizem.

Couto (2010), destaca quanto a proposta gerado da formação do Comitê Mercosul, que *“O desafio de discutir a formação e o exercício profissional foi à matriz geradora do Comitê. É por acreditar nessa possibilidade que esse Comitê vem se reunindo e produzindo o debate [...]”*, demonstrando a preocupação da categoria frente a esse desafio.

Diante disso podemos identificar como um desafio da categoria em estar se organizando, considerando a grande divergências em processo de formação e do exercício profissional dos assistentes sociais no Mercosul.

Esse estudo buscou uma aproximação com a realidade da formação do Mercosul e com a realidade do Setor Educacional e que nos apresentou os desafios que são colocados para assegurar o projeto ético-político da profissão. A pesquisa nos apontou para importantes desafios que se efetivam em uma proposta comum e integrada da formação profissional da categoria no âmbito do Mercosul.

Considerações finais

Com a pesquisa realizada pudemos verificar que o Serviço Social vem avançando nas discussões sobre o Mercosul, e que o debate sobre o Mercosul é importante para o Serviço Social, pois o processo de integração regional deve avançar com

¹⁶ O tratado de Borgonha estabelece um sistema de créditos comum (ETCS) para facilitar a mobilidade estudantil de ensino superior. (WERNER, 2010).

a livre circulação de trabalhadores, exigindo uma padronização na formação e no exercício profissional nos países membros do bloco. Tendo em vista que a categoria dos assistentes sociais participou no início das discussões sobre os desafios do livre exercício profissional, demonstrando a preocupação com a deterioração dos postos de trabalho.

O processo de integração regional é analisado pela categoria profissional como um desafio a ser enfrentado, fruto “de uma grande complexidade” (MACIEL, 2010). Mas podemos observarmos no desenvolvimento da pesquisa o protagonismo do Serviço Social brasileiro.

Desde a implantação do Comitê Mercosul de Trabalhadores Sociais, a categoria vem buscando uma integração para além dos aspectos econômicos, como a integração política cultural. O desafio agora está na construção de um projeto ético-político comum para o fortalecimento dos assistentes sociais mercosulinos.

Segundo Montañó (2009, p. 143) é preciso construir um “projeto ético-político profissional latino-americano”, sem fronteiras físicas e nacionais, mas que constitui-se em um desafio necessário.

O desafio está na busca da definição comum de orientações gerais para a formação profissional para a região que requer tarefa de vários instrumentos de intercâmbio, articulação, debate e colaboração.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. O Serviço Social e o MERCOSUL. **Serviço Social e Sociedade**, nº. 79. São Paulo: Cortez, 2004.

COSTA, L. C. ; OLIVEIRA, G. A ; LIMA, K. F. FREITAS, L.M. ; MENDES, M.F. ; . **A formação e o exercício profissional do Assistente Social no Mercosul**. In: XII Encontro Nacional de

Pesquisadores em Serviço Social, 2010, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : ABEPSS, 2010. v. 1. p. 1-10.

COSTA, Lucia Cortes da. **Os impasses do Estado capitalista**: uma análise da reforma do Estado no Brasil. São Paulo: Cortez; Ponta Grossa: UEPG, 2006.

_____. Integração regional e proteção social no contexto do Mercosul. In: **MERCOSUL em múltiplas perspectivas**. Fronteiras, direitos e proteção social. Organização de Jussara Maria Rosa Mendes [et al.]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

CAZZANIGA, Susana. Protección social y intervención profesional. In: MENDES, Jussara Maria Rosa (org.). **Mercosul em múltiplas perspectivas**: Fronteiras, direitos e proteção social. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

DÁL PRÁ, Keli Regina; MENDES, Jussara Maria Rosa; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **O desafio da integração social no MERCOSUL**: uma discussão sobre a cidadania e o direito à saúde. In: Cadernos de Saúde Pública, vol.23. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v23s2/05.pdf>>. Acesso em: Março de 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 9º ed. 2005.

JAEGER JÚNIOR, Augusto. **MERCOSUL e o desafio da livre circulação de trabalhadores**: dificuldades e perspectivas. In: DAL RI JÚNIOR, Arno; OLIVEIRA, Odete Maria de (Orgs). Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas - nacionais-regionais-globais. Ijuí: Unijuí, 2003.

MACIEL, Ana Lúcia Suarez, BORDIN, Érica M. Bomfim, CAMARGO, Marisa, MENEZES, Viviane F. de Menezes. **Configurações e tendências da formação e do trabalho do assistente social no MERCOSUL**. 19ª Conferência Mundial de Serviço Social. Salvador, agosto de 2008.

MACIEL. Ana Lúcia Suarez. **Configurações e tendências da formação e do trabalho do assistente social no MERCOSUL**. Relatório Final da Pesquisa PIBIC/CNPq. Porto Alegre, 2008.

MARTINELLI. Maria Lúcia. Reflexões sobre o Serviço Social e o Projeto Ético-Político Profissional. In: **Revista Emancipação**, nº6. Ponta Grossa 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Escriba, 1948.

MERCOSUL. **Declaração Sócio-Laboral**, 1998. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/declaracoes/1998/declaracion-sociolaboral-del-ercosur/>>.

MONTAÑO. Carlos. O Serviço Social na América Latina e o Debate no Brasil. In: **Revista Em Pauta**, nº 22. Rio de Janeiro, p.133-148, 2009.

MOROSINI, Marília Costa (Org.). **MERCOSUL/MERCOSUR: Políticas e ações universitárias**. Campinas, SP Autores Associados; Porto Alegre, RS: Editora da Universidade, 1998.

SETOR EDUCACIONAL DO MERCOSUL. **Estudo analítico-descriptivo comparativo do setor educacional do MERCOSUL**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. Disponível em: <<http://www.oei.es/quipu/mercosur2005.pdf>> acesso em 13 de Junho de 2010.

SIMIONATTO, Ivete. A participação democrática no âmbito do Mercosul. In: **Políticas públicas, derechos y trabajo social en el Mercosur**. Espacio Editorial, Buenos Aires, 2007.

TEIXEIRA. Joaquina Barata. O CFESS e as Organizações Internacionais de Serviço Social. **Brochuras CFESS**. Brasília, 2006.

_____. Relações Internacionais. In: **Revista Inscrita**, nº 10. Brasília, 2007. C Acesso em: Fevereiro de 2010.

Recebido em 16/08/2011 e
aceito em 26/10/2011

Title: *Higher education in Mercosul: Perspectives for Social Work*

This paper aims at analyzing the impacts of the formation of the regional Mercosul block in higher education, since in order to work on one's profession outside his/her country of origin it is necessary to validate his/her diplomas. In this sense we analyze the professional training of the Social Worker in the block, as well as the challenges posed to the professionals that start having mobility with the free movement of workers.

Key words: *Higher Education; Social Work; Mercosul.*